

GÊNERO E (IN)SUSTENTABILIDADE DE MULHERES NOS REASSENTAMENTOS RURAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO – TOCANTINS

Temis Gomes Parente*

Resumo: Com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no norte do estado do Tocantins, comunidades inteiras foram removidas compulsoriamente para reassentamentos construídos pelo empreendimento. A partir das narrativas de mulheres e homens, este trabalho tem como objetivo discutir as condições de vida dessas famílias no seu cotidiano e analisar a (in)sustentabilidade das/os reassentadas/os. Nas construções sociais de gênero, são as mulheres e as adolescentes que desempenham o papel principal de abastecimento de água no espaço doméstico – foi o que se presenciou nos reassentamentos pesquisados.

Palavras-chave: Gênero; Insustentabilidade; Reassentamentos Rurais; Sustentabilidade.

* Doutora em História, professora da Universidade Federal do Tocantins/Campus Porto Nacional (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil.
E-mail: temis.parente@uol.com.br

GENDER AND (UN)SUSTAINABILITY OF WOMEN IN THE RURAL
RESETTLEMENT AT ESTREITO HYDROELECTRIC PLANT –
STATE OF TOCANTINS

Abstract: With the construction of the Estreito hydroelectric plant in the Northern state of Tocantins, bordering the state of Maranhão, entire communities were forcibly removed to resettlements built by the hydroelectric enterprise. From the analysis of the narratives of women and men, this study promotes a discussion on the living conditions of these families in their daily lives and examines its (un)sustainability. There is a consensus that with the social constructions of gender, women and teenagers are the ones responsible for the water supply in the domestic space – this is what was witnessed in the surveyed settlements.

Keywords: Gender; Unsustainability; Rural Resettlement; Sustainability.

GÉNERO E (IN)SOSTENIBILIDAD DE MUJERES EN LOS REASENTAMIENTOS
RURALES DE LA USINA HIDROELÉCTRICA DE ESTREITO – TOCANTINS

Resumen: Con la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Estreito, en el norte del Estado de Tocantins, comunidades enteras fueron obligatoriamente trasladadas para reasentamientos construidos por la emprendimiento. A partir de las narrativas de mujeres y hombres, este trabajo tiene como objetivo discutir las condiciones de vida cotidiana de esas familias y analizar la (in)sostenibilidad de los/ as reasentados/ as. Las publicaciones sobre esta cuestión coinciden en que, debido a las construcciones sociales de género, son las mujeres y las adolescentes que desempeñan un papel principal en la manutención y en el abastecimiento de agua en el espacio doméstico – y eso mismo se ha constatado en los reasentamientos investigados.

Palabras clave: Género; Insostenibilidad; Reasentamientos Rurales; Sostenibilidad.

Os impactos causados por construções de grande escala, como as hidrelétricas, foram e ainda são largamente estudados em todas as áreas, pois afetam diretamente o ambiente em que vivem (ou viviam) os ribeirinhos e/ou a população tradicional. Transferidos compulsoriamente para outras localidades, eles se veem obrigados a abandonar bruscamente sua forma de viver. Perdem territórios, seus lugares, sua identidade territorial, e criamos não lugares – ou seja, os locais para onde são remanejados e com os quais não têm nenhum vínculo social (MENESTRINO; PARENTE, 2011, p. 2).

São esses problemas que pretendemos abordar neste artigo: o modo de vida da população de cinco reassentamentos rurais criados com a construção da Usina de Estreito no rio Tocantins, divisa dos estados do Tocantins e Maranhão – São João I e II; Santo Estevão; Bela Vista; Baixão; Mirindiba. Por meio das narrativas das famílias, mais particularmente das mulheres, analisaremos quais eram as condições dos reassentamentos quando ali chegaram, como eram suas casas e/ou os lugares sociais de gênero¹ dessas mulheres nas novas moradias.

Coadunamos com Joan W. Scott, quando ela afirma que gênero é a lente de percepção através da qual nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com esses significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades, como se manifestam na vida daqueles que estudamos (SCOTT, 2012, p. 332).

Trazer para a reflexão as vozes dessas mulheres é adentrar no debate do Outro, aquele que foi *negado, silenciado ou mistificado*. E esse Outro retorna à sua posição de sujeito no momento em que as vozes desses Outros interrompem o antigo monólogo e quando finalmente as categorias subalternas, neste caso as mulheres reassentadas, são percebidas como profundamente imbricadas na própria definição do hegemônico (ADELMAN; GROSSE; GUVANT, 2010, p. 29). É a partir delas que se vai perceber, sentir e reivindicar aos órgãos competentes² soluções para as dificuldades vivenciadas por todas as famílias reassentadas, pois são elas as primeiras a experienciar essas dificuldades com as suas “atividades de mulheres” nas novas moradias.

A partir das narrativas dessas mulheres, queremos trazer para o debate outros discursos, outra posição de sujeito, que são as mulheres impactadas por construções de grandes hidrelétricas. Segundo análises da Comissão Mundial de Barragens, na maioria das vezes os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles gerados. Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais (CMB, 2000, p. 114-115; VIANA, 2003, p. 56).

Essa ausência é perceptível também nos estudos sobre barragens no Brasil – as questões de gênero geralmente não estão presentes em publicações e eventos que abordam a temática. Por exemplo, nos anais do III Encontro Latino-americano Ciências Sociais e Barragens³, de

160 propostas de trabalhos publicados no livro de programação, há somente uma seção que discute Gênero, Saúde e Meio Ambiente, com três trabalhos inscritos. Quando buscamos os trabalhos completos nos anais do evento (CD), nenhum havia sido publicado. Do mesmo modo, na coletânea *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*, organizada por Andréa Zhouri (ZHUORI, 2011), nos dez artigos que compõem a obra, não são contempladas as discussões de gênero.

Os poucos trabalhos existentes sobre as discussões de gênero e hidrelétricas concentram-se em dissertações e teses e, portanto, sua circularidade e discussões ainda são restritas ao meio acadêmico. Essas teses e dissertações geralmente discutem as questões de gênero dentro dos movimentos sociais organizados (DELESPORTE, 2012; SILVA, 2007), como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), mas não existem análises de gênero dentro das famílias que vivem nos reassentamentos e não participam de nenhum movimento – e, assim, não têm possibilidades de mudar a realidade em que vivem.⁴

É com essa perspectiva que nossas pesquisas têm se desenvolvido desde 2004. Ou seja, o objetivo é trazer para o debate a realidade de famílias reassentadas e mostrar como viveram no início dos reassentamentos – processo a que chamamos de desterritorialização (PARENTE, 2007) – e como vivem depois de certo tempo que chegaram a esses reassentamentos – processo de reterritorialização (PARENTE, 2011). Também enfocamos que algumas mulheres, depois que foram reassentadas e começaram a participar do MAB, conseguiram se sobressair e adquiriram um empoderamento individual – o que não significa que tenham transformado a realidade em que vivem, principalmente em relação às questões econômicas (PARENTE; GUERRERO, 2011).

É importante destacar que o foco dessas pesquisas são as famílias e particularmente as mulheres que não participam de nenhum movimento social, mas vivem os problemas e também usufruem de todas as conquistas que esses movimentos conseguiram para esses reassentamentos. Portanto, embora a pesquisa não enfoque diretamente os movimentos sociais, em nenhum momento negligencia sua importância para o processo de entendimento dos conflitos que vivem as famílias reassentadas.

O nosso estudo vai analisar as práticas cotidianas que reforçam os lugares de gênero das mulheres transferidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e reassentadas nas novas moradias, e analisar quais são as condições de sustentabilidade para essas famílias nesses locais. Pois ao interrogar por que determinadas práticas se codificam como “masculinas” ou “femininas”, a crítica feminista revela, entre outras coisas, que o gênero funciona como uma linguagem de hierarquia e de ordem social que opera com muita força na vida ocidental moderna (ADELMAN; GORSSI; GUVANT, 2010, p. 30).

Entender o cotidiano dessas mulheres é percorrer os caminhos dessa ordem social que reforça a hierarquia de gênero. Há toda uma linguagem e um discurso desenvolvimentista por parte dos empreendedores no processo inicial desses grandes empreendimentos, um discurso que afirma que naqueles novos lugares, nas novas moradias, as famílias deslocadas terão melhores condições de vida. Mas, na prática, o que se percebe é que nesse processo a mulher fica com toda a responsabilidade de enfrentar e resolver conflitos rotineiros e

inevitáveis que vêm com essas mudanças, conflitos relacionados às atividades domésticas e, consequentemente, às questões de sustentabilidade para suas famílias.

E aqui é necessário pensar sobre as noções de sustentabilidade de Sachs (SACHS, 2009, p. 71). Para o autor, a sustentabilidade não deve se limitar apenas à problemática ecológica e ambiental, mas trazer garantias de sustentabilidade social, econômica, política, espacial, ecológica e cultural:

- a sustentabilidade social tem como objetivo incentivar a redução das diferenças sociais;
- a sustentabilidade econômica busca a eficiência econômica com base em uma alocação e uma gestão mais eficiente dos recursos e um fluxo regular do investimento público e privado;
- a sustentabilidade ecológica, por sua vez, comprehende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração;
- a sustentabilidade espacial visa evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder. Busca uma relação cidade-campo equilibrada;
- a sustentabilidade cultural significa traduzir o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local;
- a sustentabilidade política privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais do âmbito local ao global.

Portanto, a sustentabilidade defendida por Sachs rompe com a ideia da preservação ambiental como sinônimo de intocabilidade dos recursos naturais. Para ele, a sustentabilidade pressupõe um desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por meta responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.

Nesse trabalho dialogamos com mulheres e homens. As vozes que ecoarão mais alto serão as das mulheres, pois é por meio de suas falas que tentaremos identificar as noções de sustentabilidade descritas acima no contexto social em que agora vivem. Caso essas noções não existirem, tentaremos perceber as condições de insustentabilidade que vivem essas/es reassentadas/os e o que causa essas condições. Nesse processo mostraremos que são as mulheres que carregam o fardo maior, principalmente por serem responsáveis pela manutenção doméstica e familiar, como prática comum, devido às construções de gênero.

É nesse lugar que se encontram as mulheres atingidas por barragens. Em todo o processo que culmina com a construção de uma grande hidrelétrica, seja no planejamento, durante a construção e depois da obra pronta. É justamente aí que reside o nosso trabalho: buscar essas mulheres que foram impactadas com as construções das usinas e que, desde o início, são chamadas a participar das discussões, não como protagonistas, mas fazendo parte dos atores que compõem as reuniões, em audiências públicas, em movimentos de resistência organizados pelos movimentos sociais.

E o mais importante: são essas mulheres que sofrem diretamente os efeitos dessas construções, desde o momento em que chegam até elas os rumores de que a obra vai ser construída. Elas começam a sentir o processo de insegurança em relação aos cuidados da

família, seus filhos, seus pais, seus avós, enfim, sentem uma instabilidade emocional por não saberem para onde vão, e a incerteza as acompanha por todo o processo de construção, perguntando-se se vão permanecer junto com suas famílias e vizinhos com quem convivem há várias décadas.

Essa sensação de insegurança é partilhada nas comunidades em que vivem e afeta toda a sua rotina doméstica antes mesmo da mudança para as novas moradias. E perdura muitas vezes por alguns anos, até o momento do evento: em que as suas famílias são “carregadas” para outro lugar, outra casa, outra moradia que elas não tiveram a opção de escolher. Portanto, serão esses sujeitos que comporão o termômetro dos impactos causados pela construção desses grandes empreendimentos.

Uma vez que as mulheres lidam diretamente com o cotidiano doméstico, são elas as mais afetadas. Esse cotidiano é mudado bruscamente assim que chegam à nova moradia, e elas têm de se readaptar imediatamente às suas atividades, pois a partir do momento em pisam nas novas casas, é preciso pensar nas providências do comer, do beber, e são elas com certeza que são responsáveis por essas atividades.

É para essas novas “práticas cotidianas” em que se envolveram as mulheres dos reassentamentos que o nosso olhar estará voltado, pois são as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança (LOURO, 2010, p. 63). É essa desconfiança que nos leva a visitar e ouvir essas mulheres, pois existe uma tendência de empobrecimento da população deslocada (CMB, 2000). Entender esse processo de empobrecimento é para nós procurar a (in)sustentabilidade dessas/es reassentadas/os, principalmente nos primeiros três anos depois que chegam aos reassentamentos rurais.

Contextualização histórica

Com a criação do estado do Tocantins, pela Constituição Federal de 1988, e diante da necessidade de implantação de vários planos de desenvolvimento, particularmente no setor energético, foram e ainda estão sendo construídas várias usinas hidrelétricas no leito do rio Tocantins. Entre as usinas que já se encontram em funcionamento estão a usina de Peixe Angical e a de São Salvador. Também a Usina Luiz Eduardo Magalhães, mais conhecida como de Lajeado, foi inaugurada em 2001.

Nossas pesquisas se voltam para as/os impactadas/os da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), inaugurada em outubro de 2012 e que também fica no rio Tocantins. A sequência de barramentos continua desestruturando a vida de várias/os ribeirinhas/os e moradoras/es de ilhas tanto no estado do Maranhão como no Tocantins. Durante séculos essas famílias tinham o rio Tocantins como referência cultural e como elo comercial entre as regiões Norte e Centro-Oeste (OLIVEIRA, 2002). Assim, para a população local, o Tocantins “era” um rio de significativa importância histórica, política, econômica e de comunicação para a região (MESSIAS, 2004). Os moradores locais que viviam em toda a extensão do rio dependiam dele para a alimentação, a irrigação da produção agrícola, meios de transportes e para todas as

atividades domésticas. O meio de transporte, como o barco é enfatizado em quase todas as entrevistas, talvez pela importância de ser o único meio de transporte para sair da Ilha. É o que podemos perceber na fala de uma das entrevistadas:

A qualidade da Ilha era assim, ela tinha toda produção: você tinha o peixe, você tinha carne, você tinha o babaçu, nós tirava o óleo pra fazer o sabão, né. Tinha as vazantes que a gente vivia das vazantes da melancia, da abróba de tudo, feijão e a renda, que qualquer pedacinho de terra tem: você colhia doze sacos de feijão, você colhia doze sacos de milho, você colhia trinta sacos de arroz,...

Lá na Ilha a gente tinha um transporte, uma canoa com um motor, você ia pra Babaçulândia, você ia pra Estreito, você viajava a hora que você quer. Então a água, nós tinha o Tocantins (refere-se ao rio) que a gente não pagava água, você não pagava energia, claro que nós não tinha luz, energia – mas a gente vivia numa situação de usar lamparina. Pra nós aqui energia foi prejuízo, né, têm uma qualidade, mas se tornou um prejuízo, porque você teria que pagar energia, você teria que pagar água, né e lá a gente não tinha essa necessidade⁵.

Para as comunidades que viviam nas várias ilhas, como era o caso da ilha São José, todas as atividades de transporte e comunicação eram feitas pelo rio – para muitas famílias, o transporte nos barcos ou canoas era a única atividade que tinham. Portanto, essa população toda perdeu tal referencial com a escalonada formada pelas hidrelétricas construídas em seu leito.

A região em que concentrarmos esta pesquisa localiza-se na região do Bico do Papagaio, no norte do estado do Tocantins, cuja situação geográfica dificulta sua participação em fluxos econômicos e demográficos mais intensos. Contudo, a área em estudo conta com uma localização privilegiada quando comparada ao restante da Amazônia⁶, mais distante e menos servida por meios de transporte. Assim, essa geografia é simultaneamente fator de potencialidade e de vulnerabilidade. O Bico do Papagaio localiza-se entre os rios Araguaia e Tocantins, fazendo fronteira entre o Pará e o Maranhão. Os contornos geográficos do mapa do Tocantins nessa região lembram a cabeça de um papagaio, o que originou sua denominação. A microrregião é conhecida por ter um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do País, com graves problemas nos setores da saúde, de saneamento básico e educação, o que se reflete na baixa qualidade de vida da população de baixa renda, principalmente a da zona rural.

O Bico do Papagaio ainda foi palco de um dos mais graves conflitos brasileiros pela posse de terra, tendo de um lado os latifundiários oriundos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil (grileiros) e, do outro, os pequenos agricultores familiares da região (posseiros) (SOUZA, 2003; RODRIGUES, 1998; OLIVEIRA, 2007). Foi na década de 1970, com o aquecimento do mercado de terras e a consequente chegada de fazendeiros, que tiveram início os conflitos sociais entre agricultores familiares e empresários, o que resultou no fortalecimento da organização do primeiro grupo. É o caso das quebradeiras de coco-babaçu, que se tornaram um exemplo bem-sucedido de organização civil (ERTZOGUE, 2004). O referido movimento de mulheres teve início em meados dos anos 1980, com mobilizações que envolviam homens e mulheres incentivados pela Comissão Pastoral da Terra para se organizarem em torno da luta pela terra

e pelo acesso às palmeiras do coco-babaçu, abundante na região e de grande importância para a segurança alimentar das famílias (SOUZA, 2003).

A Usina Hidrelétrica de Estreito localiza-se no médio curso do rio Tocantins, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, como mencionado. As obras se localizaram nos municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO) e a represa atingiu os municípios de Estreito e Carolina no estado do Maranhão, e em Tocantins os municípios de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins.

O licenciamento ambiental da UHE Estreito coube ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), uma vez que o empreendimento se localiza em território de dois estados brasileiros.

No final da década de 1990 o Plano Decenal de Expansão da oferta de energia elétrica (2000/2009), elaborado pelo Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS – Eletrobrás), relacionou a UHE Estreito como um empreendimento de geração de energia elétrica necessário para atender ao aumento da demanda nacional. Em janeiro de 2001, a Eletronorte e a Themag realizaram um estudo de revisão das características técnicas da UHE Estreito, definindo localização, quedas e arranjos gerais do empreendimento.

Em julho de 2002, as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., BHP Billiton Metais, Vale, Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa Energia venceram o leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a implantação da usina. Em abril de 2005, o Ibama emitiu a licença ambiental prévia, atestando a viabilidade técnica e ambiental da UHE Estreito. Em dezembro de 2006, o Ibama emitiu a licença de instalação, autorizando o início das obras. Em novembro de 2010, o Ibama emitiu a licença de operação, autorizando o início do enchimento do reservatório da usina.

O então presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, acionou o fechamento da primeira comporta do vertedouro, simbolizando o início do enchimento do reservatório. Em abril de 2011, a usina começou gerar energia com o funcionamento da primeira unidade geradora. Em maio de 2011 foi concluído o enchimento do reservatório, e em outubro de 2012 foi inaugurada a UHE Estreito pela presidenta da República, Dilma Rousseff, que acionou simbolicamente a oitava unidade geradora.

Segundo o Consórcio Estreito Energia (Ceste), o total de famílias impactadas foi de 3.710, sendo que 64% preferiram a aquisição e 22% optaram por cartas de crédito urbanas e rurais. Para o MAB, a quantidade de famílias é bem maior, chegando a um total de quase 5 mil. O remanejamento da população teve início em 2007 e foi concluído em outubro de 2010. Um total de 139 famílias optou pelo reassentamento rural coletivo.⁷

Essas famílias saíram dos vários municípios impactados, mas a maioria dos reassentados que estamos pesquisando vieram da comunidade da ilha São José, que pertencia ao município de Babaçulândia e ficou totalmente submersa com a formação do reservatório. É interessante acrescentar que esse processo de remanejamento não ocorreu de forma pacífica. A população, mobilizada pelos movimentos sociais – principalmente pelo MAB –, colocou em prática várias campanhas e atividades: num primeiro momento, com o intuito de impedir a construção da hidrelétrica e, posteriormente, de buscar melhores condições de negociações entre

a empresa e as famílias afetadas.⁸ Em todas as atividades, as mulheres, donas de casa das comunidades atingidas, eram chamadas para participar mesmo que durante o evento não tiveram oportunidade de expressar suas dúvidas, seus sentimentos e angústias, pois nesses momentos somente os representantes dos movimentos tinham direitos de falas.

Relação de gênero e (in)sustentabilidade nos reassentamentos rurais

O princípio nº 3 da Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em Dublin, ocorrida em 1992, afirma que as mulheres têm papel principal na provisão, gerenciamento e proteção da água. Esse papel de pivô que as mulheres desempenham, como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente diário, não tem sido refletido na estrutura institucional para o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos. A aceitação e implementação desse princípio exige políticas positivas para atender às necessidades específicas das mulheres, e equipar e capacitar mulheres para participarem em todos os níveis dos programas de recursos hídricos, incluindo as tomadas de decisões e implementação, de modo definido por elas próprias.⁹

Apesar de esses princípios serem claros em trazer para as discussões a importância das mulheres na provisão, gerenciamento e proteção da água, e sabermos que em algumas sociedades elas são as usuárias e gestoras da água no espaço doméstico, e promotoras da saúde familiar – principalmente aquelas que lidam diretamente com o cotidiano doméstico –, essa importância e contribuição de muitas mulheres é “invisível” dentro do seu ambiente doméstico, além de elas serem pouco representadas nos órgãos que controlam as decisões sobre a água. Em muitos casos, a voz das mulheres sobre seus papéis e necessidades específicas relacionadas à água é ignorada no planejamento e nas decisões dos projetos de desenvolvimento.

É o que acontece nos reassentamentos por nós pesquisados. Observando-se o abastecimento de água nas suas casas, percebe-se a vulnerabilidade dessas famílias, do momento em que chegaram aos reassentamentos até o momento em que realizamos a pesquisa. Em quatro dos cinco reassentamentos¹⁰ estudados, a água é imprópria não só para o consumo de pessoas e animais, mas também para todas as atividades domésticas, incluindo a higiene pessoal. O abastecimento de água para todas as atividades ocorre por meio de caminhões pipa, sob a responsabilidade da construtora, e segundo as informações das/os próprios reassentadas/os, as responsabilidades de assistência têm duração de três anos – ou seja, se encerraram no ano de 2013.

A ausência de saneamento e ações voltadas para o tratamento das águas contribui para agravar a situação de vulnerabilidade social em que muitas mulheres se encontram, principalmente aquelas localizadas nas comunidades rurais e em reassentamentos. Na literatura, que aborda os impactos causados pela construção de grandes hidrelétricas, é comum as reclamações das populações compulsoriamente transferidas sobre a qualidade e a quantidade da água que abastece os reassentamentos (LASCHEFSKI, 2011, p. 42).

A peculiaridade referente ao abastecimento de água desses reassentamentos é que, em quatro deles, a água dos poços é imprópria para todas as atividades, conforme foi abordado. Ou seja, logo que as famílias chegaram a suas novas casas, constataram que a água dos poços construídos para abastecer as moradias não servia nem mesmo para lavar a roupa ou a louça. As narrativas das mulheres são dramáticas a esse respeito, como é possível perceber na fala de uma entrevistada:

Quando eu cheguei aqui a casa tava fechada, com os trem tudo aqui na frente, nem a chave eles tinham deixado. Armamos a rede da menina pequena ali nuns paus que tinha ali dentro do quintal o sol quente, quente! Que eu fui pegar água que eu bebi, tudo bem, a água normal, eles tinham enchido a caixa com água da rua, água tratada, né, só eu e minha mãe e dois meninos pequeno. A água aguentou porque a caixa é de mil litros. Foi assim uns dois dias que a água acabou, que eu liguei a bomba deixei ela encher, meu Deus! pensa numa água ruim! A minha mãe disse: "minha filha essa água não presta!" "Mamãe, pois enganaram a gente, eles colocaram água da rua pra dizer que era água da bomba!" Meu Deus, saímo de onde nós tinha tanta água, agora vamos ter que ficar sem água?¹¹

Esse processo ocorreu com todas as famílias, que aos poucos foram percebendo a gravidade irreversível de sua situação. Irreversível porque não tinham mais como voltar às antigas moradias e não tinham opção de ir para outro lugar – todas as famílias, pais, irmãos, tios, primos também estavam em processo de transferência para novos reassentamentos¹². Além do mais, as mulheres, na maioria das vezes, eram responsáveis por fazerem as mudanças sozinhas, geralmente com os filhos pequenos, pois os maridos/companheiros e os filhos maiores, quase todos, estavam trabalhando no canteiro de obras da usina.

É a partir das lembranças não institucionais¹³ dessas mulheres que tentaremos ilustrar a distância, a lacuna criada pela perda dos seus antigos lugares. Pois essa memória se relaciona com o passado, mas acontece no presente; a memória como escândalo – neste caso, a transferência compulsória – é um vaivém problemático que volta ao presente enriquecido e complicado pela lacuna entre os tempos vividos em um lugar tido como único, devido às qualidades específicas que elas lhe atribuem (LASCHEFSKI, 2011, p. 39), e outro lugar artificial, pensado e colocado em prática por empreendedores com planos e controle artificial de todas as suas atividades corriqueiras, do dia a dia.

Neste trabalho, a memória das mulheres é entendida como um constante trabalho de conexão, uma construção mútua de significado entre o passado e o presente. A memória é também o trabalho de colocar em prática essas duas histórias: antes e depois da construção da usina (PORTELLI, 2006, p. 87).

Quando as mulheres nos narram os seus antigos lugares e suas formas de viver, elas apontam principalmente a perda da independência econômica, pois todas elas, por meio da produção de subsistência, produziam para satisfazer as suas necessidades básicas, como o óleo, o leite, o sabão que tiravam do coco babaçu. Mas do que mais reclamam é da perda da venda dos produtos da palmeira de babaçu, pois era com essa venda que contribuíam diretamente na manutenção de suas casas e no sustento de suas famílias. Para elas, a venda desses produtos significava a independência em relação aos maridos e pais, era o comprar

suas “coisinhas” para casa sem ter de pedir a ninguém. É o que mostra o relato da reassentada Luzilene:

Antes deu casar eu quebrava coco, eu me criei assim, antes deu casar eu quebrava coco pra comprar arroz, tudo em enfim, o meu pai não tinha muita condição, tem gente que tem vergonha de dizer o que passou, né, eu não tenho vergonha de dizer, sempre falo pros meu filho assim, que a gente só consegue as coisa é lutando não importa o que seja né.

Pra mim, as vez pra mim comprar roupa, calçado, as vez pra comprar açúcar, café, sabão essas coisa, tudo eu fazia né, porque naquela época o coco tinha valor, hoje é que não tem valor mais, mas naquela época você quebrava coco e vendia, se dava de sustentar, as pessoas lá mesmo na ilha, a maioria as pessoas criaram filho assim¹⁴.

Nas narrativas dessas mulheres, as atividades de extração do coco-babaçu não se resumiam somente às atividades econômicas, proporcionavam também relações de reciprocidade e da troca com vizinhos, não só no momento da extração, da quebra, mas também no momento das vendas para fora da comunidade, pois as relações de vizinhança estendiam-se também para as atividades de vender os produtos do coco-babaçu nas áreas urbanas, assim como também de trazer outros produtos para aquelas que ficavam em suas casas e “encomendavam” coisas para aquelas que iam à cidade.

Além da extração do coco-babaçu, as famílias se dedicavam à agricultura de subsistência nas vazantes dos rios, que mobilizavam atividades diferenciadas de acordo com a época para cada produto, compondo um calendário de complementação de produtos que cobria todas as necessidades das famílias ribeirinhas.

No que se refere ao sistema de uso da terra, as/os entrevistadas/os só sabem dizer que foram herdadas de seus avós e que, portanto, os seus filhos também são herdeiros, do que podemos inferir que esse regime poderia ser considerado “terra de bolo”. Segundo Galizone, a “terra de bolo” pertence à família, é herança de um ascendente comum e permanece sendo utilizada por sucessivas gerações, sem que seja efetivamente repartida em seções de heranças que constituem propriedades individualizadas; ao contrário, a terra é mantida em regime pró-indiviso e nela vivem os descendentes co-herdeiros e parentes assimilados por afinidades (GALIZONE, 2011; p. 133, *apud* TEIXEIRA, 2011).

Esse regime é quebrado com a construção da usina, pois aquelas famílias que estavam juntas durante gerações e tiveram direitos a indenizações, em sua grande maioria não ficaram no mesmo reassentamento, e no caso daquelas/es que tiveram a oportunidade de ficar, muitas vezes os limites dos lotes não coincidiam com os de suas famílias.

Foi comum durante a pesquisa essas pessoas falarem de parentes, como pais, irmãos, avós, tios que estão em outros reassentamentos, e instigadas a falar, comentaram que depois que mudaram nunca mais encontraram esses parentes, seja pela distância e pelas condições financeiras ou pela própria dificuldade de transporte, outra característica desses reassentamentos. Nenhum desses locais tem transporte que os liga aos centros urbanos ou mesmo aos outros reassentamentos. Nas entrevistas, depois da água, o transporte é o outro problema mais citado, principalmente durante o período das chuvas. É durante esse período que o abastecimento de água piora, pois os caminhões pipa enfrentam muitas dificuldades

para chegar às casas, e muitas vezes as famílias ficam alguns dias sem abastecimento. É o que mostra o depoimento de dona Maria do Carmo:

Eles colocam a água até no sábado de manhã e passa o resto do sábado, o domingo aí vão colocar água na segunda. Quando falta água nós espera pra outro dia, então pegamos no vizinho, quando outro vizinho tem, a gente vai lá pega ai pra tomar banho, se faltar é difícil, vai lá pega um botijão aí traz pro banheiro e banha.¹⁵

Todas as mulheres dos reassentamentos que visitamos se limitam às atividades domésticas e, portanto, não tinham outras atividades que gerasse rendas. Por exemplo, em todas as casas, na primeira visita, encontramos mulheres na labuta diária com as questões domésticas, muitas ainda lavando roupas nas fontes, pois a água que chega no caminhão pipa é insuficiente. Algumas ainda não se acostumaram a lavar roupa de “cuia”, como elas chamam, pois a água que o carro pipa fornece não sobe para a caixa d’água para escorrer para as torneiras, mas é colocada em caixas no chão, tendo de ser retirada com baldes para todas as necessidades.

A questão é: quando terminar o período de assistência que a empresa tem de dar a essas famílias, o que elas farão? A insegurança contínua e diária de homens e mulheres gera uma pressão psicológica, uma vez que eles são conscientes de que não têm mais para onde ir, que aquele local é “definitivo” para eles.

Apesar de todas essas dificuldades, as famílias vão criando mecanismos para se fixar em seus novos locais de moradia, tentando voltar a fazer algumas atividades que eram prática comum em suas antigas comunidades. Foi o que verificamos quando chegamos a uma casa e encontramos quatro famílias envolvidas em uma “farinhada”¹⁶. Perguntamos quantas vezes eles já tinham feito aquela atividade no reassentamento, e explicaram que era a primeira. Segundo o dono da casa, primeiro eles negociaram com o dono da mandioca, pois a mandioca que eles haviam plantado logo que chegaram não estava no ponto de colher. Assim, negociando com o vizinho que tinha a mandioca no ponto de colher, esse reassentado construiu uma casa de farinha¹⁷ e chamou mais quatro famílias para fazer a farinhada em sociedade.

Foi interessante a maneira como uma das mulheres nos explicou como seria a divisão: com a ponta da faca que usava para descascar a mandioca, desenhou um círculo no chão e dividiu-o no meio; uma parte desse círculo ela subdividiu em quatro partes, então falou: “Essa é a parte que cada um de nós vai ter” – a parte maior era do dono da mandioca.

Perguntei em quantos dias eles terminariam a atividade e me disseram que seria mais ou menos em uma semana, numa atividade em que estava envolvida toda a família: homens e mulheres de cada família – maridos, filhos, genros, noras. Enquanto estivemos conversando, as mulheres e os homens não pararam de trabalhar, “raspando” a mandioca, pois aquele era o primeiro dia da farinhada. Quando perguntamos sobre a questão da água para a atividade, responderam que estavam preocupados, pois no dia anterior o caminhão pipa não conseguiu chegar e, portanto, as casas não tinham sido abastecidas. Informaram que se não chegassem naquele dia, teriam de buscar água na casa das/os vizinhas/os.

Foi justamente nesse reassentamento que tivemos a certeza de que

Pesquisar é aventurar-se nos caminhos íngremes e apaixonantes do conhecimento do que está escondido e/ou disperso nas aparências, nas evidências, buscando delinear relações e determinações, reconstruir mediações que conferem sentido e significado aos fenômenos, fatos, representações circunscritos no real (CARVALHO, 2009, p. 130).

Esse real foi presenciado por nós, quando chegamos à casa de farinha em que todas/os estavam trabalhando e expliquei no que consistia a pesquisa: estudar como era o cotidiano das donas de casa nas suas lidas com o doméstico e as dificuldades enfrentadas nas suas novas moradias – e que, portanto, estávamos ali para falar com elas e sobre elas. Então uma delas falou: “Olha, estou aqui desde o início, e nem mesmo antes de vir para aqui, na nossa casa antiga, já veio muitas pessoas nos procurar, mas essa é a primeira vez que uma pessoa chega procurando falar diretamente com a gente, isso é novidade!”

Assim, analisar as questões de gênero nos reassentamentos rurais criados com a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito é pôr “em questão fatos, fenômenos, representações, classificações, versões [...] é desnaturalizar o que é dado como ‘natural’, é desconstruir o que se apresenta como construído.” (CARVALHO, 2009, p. 130)

Todas as famílias reassentadas estão vivendo em permanente insegurança quanto ao abastecimento de água. No momento, a fim de solucionar esse problema, a empresa está instalando em cada poço um filtro para dessalinizar a água, porém todas/os ali têm certeza de que isso não será uma solução definitiva. A manutenção do filtro tem um custo e, quando acabar o tempo de assistência técnica da empresa, a despesa correrá por conta dos reassentados – o que acarreta uma sensação de insegurança nessas famílias, pois a confiança num serviço de abastecimento de água e saneamento doméstico depende das possibilidades financeiras dos utentes, do grau em que os utentes, homens e mulheres, controlam o funcionamento do sistema.

No que diz respeito às providências em relação ao abastecimento de água, as mulheres seriam as pessoas mais óbvias para discutir o problema, mas não é o que acontece. O canal de reclamações e reivindicações aos órgãos competentes, por exemplo, fica sob a responsabilidade dos homens, os responsáveis por discutir as implicações financeiras ou de mão de obra para a construção de um novo poço ou de outra providência a ser tomada. Um melhor abastecimento de água e um melhor saneamento poderiam ser muito úteis, tanto para dar maior privacidade e segurança às mulheres e crianças como para uma melhor gestão do tempo – com um sistema de abastecimento de água mais próximo e mais seguro, seria possível encontrar utilizações econômicas para o tempo que se ganha.

Considerações finais

As famílias – e particularmente as mulheres – dos reassentamentos criados pela construção da usina de Estreito perderam sua sustentabilidade, sustentabilidade que a economia de subsistência e a extração do coco-babaçu lhes garantiam nas antigas moradias,

pois estas apresentavam uma racionalidade de que as “condições sociais consideradas para a realização plena de suas famílias eram suficientes, destacando-se a existência de um grupo de parentes, de relações que viabilizavam a reprodução de um grupo” (TEIXEIRA, 2011, p. 141).

Essas mulheres perderam não só benefícios econômicos, mas também sua autoestima, pois antes não dependiam de seus pais/maridos/companheiros devido à atividade do extrativismo. A atividade extrativista é tão importante na região que contribui para a ocupação inicial do médio-baixo Tocantins, assim como no restante da Amazônia. O exercício dessa atividade, em uma região que não dispunha de nenhuma infraestrutura viária, gerou um padrão de ocupação populacional vinculado aos cursos d’água, constituindo um sistema de vida tipicamente ribeirinho. O rio era o meio de transporte que permitia a integração da atividade extrativista à economia regional, e também fonte de alimento natural como a pesca e a caça.

Sem uma análise bem acurada das falas das mulheres nas entrevistas, pode-se supor que elas não têm participação, são “ausentes” do processo que vivem. Mas ao analisar justamente as ações cotidianas, o labutar doméstico, que faz com que as mulheres retomem a sua posição de sujeito ao gritar¹⁸ por melhores condições e para que medidas imediatas sejam tomadas a respeito de sua sustentabilidade. São essas práticas cotidianas que refletem o campo político dessas mulheres, é o prestar atenção a essa normalização cotidiana feminina que permite perceber a força que têm, embora não percebam o eco dos seus gritos quando nos dizem: “Nunca ninguém chegou diretamente para nós”. Ora, foi justamente em decorrência das suas atividades com o lidar doméstico que a gravidade dos problemas da água nos reassentamentos foi detectada e logo percorreu todos os canais competentes para que providências fossem tomadas, mostrando, portanto, a dimensão do privado como político.

As famílias dos reassentados sabem que as promessas de desenvolvimento trazidas pelo discurso dos empreendedores para justificar a construção das hidrelétricas estão cada vez mais distantes. Sem água nos seus lotes e sem a perspectiva de solução do problema a curto e médio prazo, esse “desenvolvimento” está cada dia mais longe dessas mulheres e suas famílias.

Para Sachs, o desenvolvimento deve trazer a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social, respeito a outras culturas; e programas de educação. Nas falas das mulheres percebemos que é esse desenvolvimento que elas buscam: ao denunciar as dificuldades vivenciadas em suas atividades cotidianas demonstram a importância do privado como público.

Notas

¹⁸ As questões de gênero começam a ser amplamente utilizadas só no final dos anos 1970, indicando um novo empenho de articulação de abordagens sistemáticas sobre um aspecto da vida social que havia sido pouco reconhecido ou relegado às margens do pensamento social.

2 Os órgãos a que normalmente os reassentados recorrem para solucionar seus problemas são, primeiramente, a empresa – neste caso o Consórcio Estreito Energia (Ceste), formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito) –, depois o Ministério Público Federal.

3 O III Encontro Latino-americano Ciências Sociais e Barragens ocorreu de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010 em Belém – PA (CD).

4 Em eventos como a Associação Nacional de História (ANPUH) e o Seminário Internacional Fazendo Gênero, bem como nos encontros de História Oral, eu e o professor Marcos Montyzuma (UFSC) sempre propomos simpósios ou grupos de trabalho que abordam gênero e meio ambiente. Poucas vezes aparece algum trabalho que discute as questões de gênero nas construções de usinas hidrelétricas.

5 Maria do Carmo Pinheiro da Costa, Reassentamento Santo Estevão, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, em 24 jan. 2013

6 Os 60% da Amazônia que correspondem ao Brasil constituem a chamada Amazônia Legal, abrangendo os estados do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

7 O reassentamento São José I e II fica em Palmeira do Tocantins, com 17 famílias procedentes de Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins, além de Estreito, município do Maranhão. Santo Estevão é localizado no município de Babaçulândia, com 28 famílias provenientes do próprio município e da ilha São José. Bela Vista/Itapuã, também de Babaçulândia, Darcinópolis no Tocantins e Carolina, no Maranhão, e também da ilha São José. Baixão localiza-se também no município de Babaçulândia, com 26 famílias, todas da comunidade da ilha São José. Mirindiba fica no município de Araguaína (TO), com 18 famílias, todos também da ilha São José. Por último, Maju, o mais distante, fica no município de São Bento do Tocantins, no extremo norte do estado, com 30 famílias procedentes do Projeto de Assentamento Formosa.

8 Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/739>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

9 Disponível em: <<http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documentos/dublin.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

10 O único reassentamento que não é abastecido por carros pipa é o Mirindiba, que fica distante da usina uns 250 quilômetros. Nesse reassentamento também foram feitos poços nos lotes, e apesar de a água ser pouca, não ocorreu o mesmo problema dos outros.

11 Luzilene Alves da Silva, Reassentamento Bela Vista, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, em 24 jan. 2013.

12 A maioria das pessoas entrevistadas para esta pesquisa era da comunidade da ilha São José e a característica dessa comunidade era que todo o círculo social girava em torno de famílias compostas por vários núcleos de pais e filhos, que criavam novos núcleos de acordo com a união ou casamento desses filhos.

13 Segundo Alessandro Portelli (2006, p. 69), as lembranças não institucionais são relatos de pessoas comuns que viveram a experiência de mudanças bruscas no seu cotidiano e que trazem consigo na memória.

14 Luzilene Alves da Silva, Reassentamento Bela Vista, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, em 24 jan. 2013.

15 Maria do Carmo Pinheiro da Costa, Reassentamento Santo Estevão, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, em 24 jan. 2013.

16 Farinhada é a transformação da raiz de mandioca em vários produtos alimentícios, tais como a farinha branca ou amarela, a goma fresca ou torrada com a qual se faz a tapioca ou beiju. Essa atividade possui várias etapas: colheita, carregamento, raspagem, Trituração, espremeção, emprensação, peneirar, torrar a massa/goma, ensacar. Também existe a etapa em que já saem da farinhada produtos prontos para comer, como o beiju e a tapioca.

17 A “casa de farinha” era uma construção coberta de palha, sem paredes, com um forno feito de barro que serviria para torrar a farinha.

18 Gritar aqui tem o sentido de presenciar as dificuldades de labuta nas questões domésticas das mulheres reassentadas. Pois as condições de vida dessas mulheres refletem a exclusão de todos os fatores constantes na noção de sustentabilidade de Sachs.

Referências

ADELMAN, Miriam; GROSSI, Miriam Pillar; GUIVANT, Júlia. A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: contribuições e debates. In: GROSSI, Miriam Pillar; LAGO, Mara C. de Souza; NUERNBERG, Adriano Henrique. (Org.). **Estudos in(ter)disciplinados:** gênero, feminismo, sexualidade. Florianópolis: Mulheres, 2010.p. 21-40.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. Apud CRUZEIRO, Maria Manuela. História Oral? Dilemas e perspectivas. In: BAPTISTA, Maria Manuel (Org.) **Cultura:** metodologias e investigação. Lisboa: Ver o Verso Edições/Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 2009.

CMB – Comissão Mundial de Barragens (WCD – World Commission On Dams). **Dams and development: a new framework for decision-making.** London: Earthscan, 2000.

DECLARAÇÃO DE DUBLIN. Disponível em: <<http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documents/dublin.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

DELESPOSTE, Aline Guizardi. **Movimento dos Atingidos pela Barragem de Fumaça – MG:** caminho para o empoderamento da mulher? Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Conversando com Raimunda. **Fragmentos de Cultura,** Goiânia, v. 6, jun. 2004. p. 1.125-1.135.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental. As rationalidades distintas da apropriação do ambiente por grupos de subalternos. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar:** hidrelétrica, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Gomes Temis. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos empreendimentos hidrelétricos no Tocantins. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**, Uberlândia, v. 2, n. 1, jan./jun. 2011. p. 1-19.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Patrimônio cultural:** entre o tradicional e a modernidade com a chegada da Hidrelétrica de Lajeado, Porto Nacional – TO. Dissertação (Mestrado) –Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

NELLIGAN Sherry; SANTOS, Luciana Cibelle A. dos; LIMA, Enjôlras de A. Medeiros. **Dimensões sociais e de gênero do Projeto Água Subterrânea no Nordeste do Brasil** – Proasne-Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 12, 10-13 set. 2002,Florianópolis.

OLIVEIRA, Aroldo Magno de. **Falar da região do Bico do Papagaio – Tocantins:** um estudo de fonética descritivo-articulatória. 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

OLIVEIRA, Rosy. A “invenção” do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia/Palmas: UFG/Unitins, 2002.

PARENTE, Temis Gomes Parente; GUERRERO, Olaya Fernández Guerrero. O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil). **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 173-197, jul.-dez. 2011.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan./jun. 2007.

PARENTE, Temis Gomes. Territorialização e papéis de gênero: o caso do Reassentamento Córrego Prata (TO). In: SANTOS, Regma Maria dos; BORGES, Valdeci Resende (Org.). **Imaginários e representações:** entre fios, meadas e alinhavos. Uberlândia: Aspectus, 2011.

PORTELLI, Alessandro. A Bomba de Turim: a formação da memória no pós-guerra. **História Oral**, v. 9. n. 1, jan./jun. 2006.

RODRIGUES, José Siney Ferraz. **O movimento camponês no Bico do Papagaio:** Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética, 1998.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCOTT, Joan W.Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez. 2012. p. 327-351.

SILVA, Alexandra Martins. **Mulheres em movimentos**: luta e resistência contra barragens. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

SOUZA, Divani Ferreira de. **Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio**: reflexões sobre desafios e perspectivas de uma organização regional. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira. A “rua” e o “Nosso Lugar”: processos de reterritorialização no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétrica, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações**: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ZHOURI, Andréa. **As tensões do lugar**: hidrelétrica, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

Recebido em 22 de janeiro de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015